

# Informação e eleições: a questão da credibilidade



» DULCE BAPTISTA  
Doutora em ciência da informação pela Universidade de Brasília (UnB), professora aposentada da Faculdade de Ciência da Informação FCI/UnB

Na perspectiva das eleições deste ano e diante da avalanche de notícias e informações que circulam em todas as direções — inclusive com invasão das fake news —, cai por terra a afirmação de que uma imagem vale mais do que mil palavras. Atribuída a Confúcio e muito popularizada no século passado, principalmente nos meios publicitários, a dita afirmação sofre hoje o impacto avassalador das ferramentas de inteligência artificial (IA), que, sob qualquer pretexto, criam situações e flagrantes inverossímeis.

Com os avanços tecnológicos da atualidade, traduzidos, entre outros fatores, na proliferação de redes sociais, aplicativos e memes que são acionados por exércitos infundáveis de algoritmos, torna-se possível a visualização de imagens verdadeiras em tempo real e, da mesma forma, a exibição em escala planetária de situações absolutamente inverídicas. Nesse caso, se a figura que surge em telas e telinhas é convincente do ponto de vista daquilo que é mostrado — a imagem em si —, o contexto dessa imagem é inteiramente enganoso.

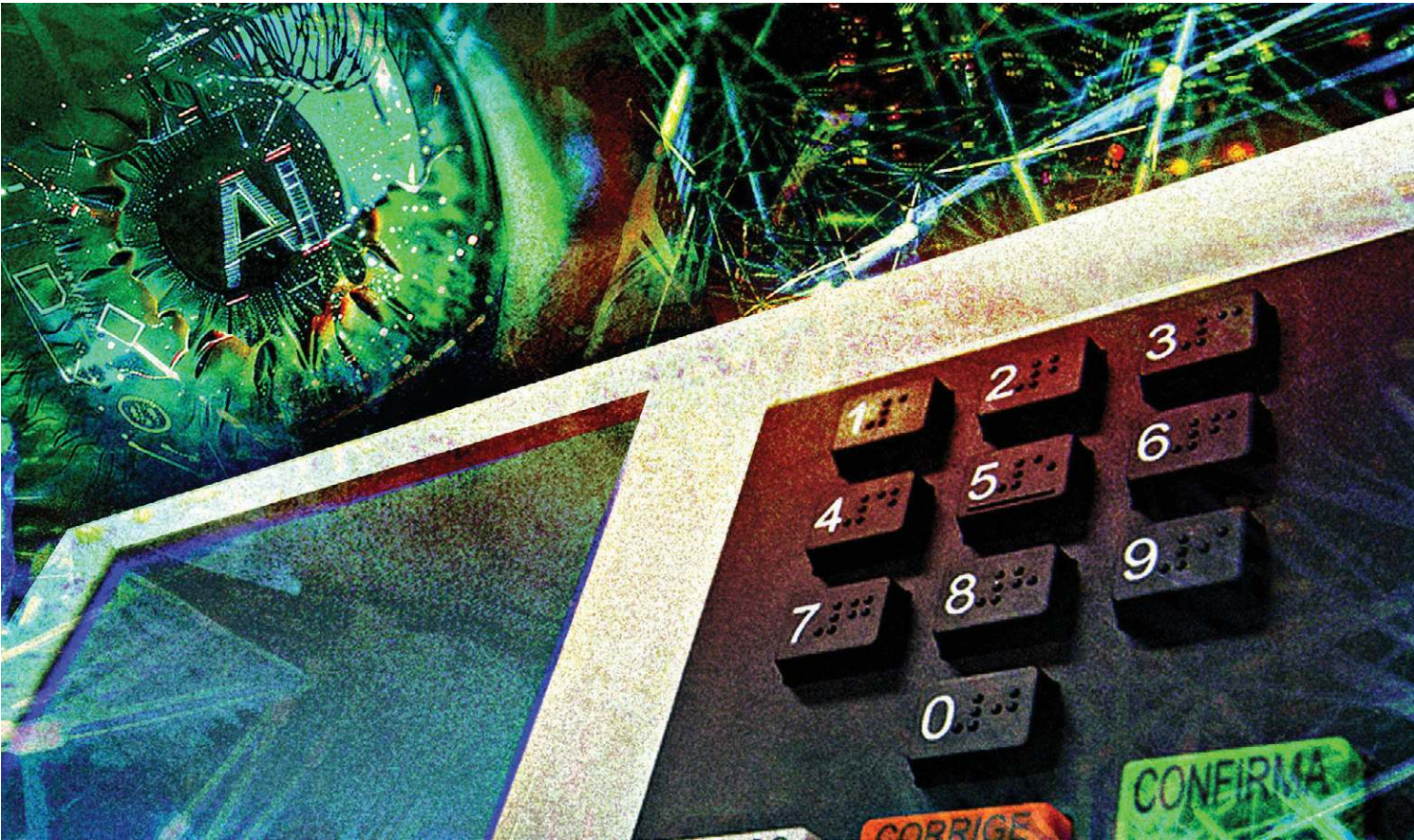
Em outras palavras, se eu vejo uma foto — ou um vídeo — do atual presidente dos Estados Unidos tocando violão, posso ter certeza de que a figura retratada não é o próprio, mas uma montagem fabricada por IA, e que aquele violão jamais foi parar nas mãos dele. E o que me dá essa certeza?

Se por um lado são indiscutíveis as inúmeras vantagens da tecnologia da informação, com suas formidáveis aplicações na vida cotidiana das pessoas — as quais converteram a internet e seus desdobramentos no caminho sem volta do modus vivendi contemporâneo —, por outro lado e, de acordo com voz corrente, a internet tornou-se também “terra de ninguém”. É justamente por meio da rede mundial que são disseminados todos os tipos de conteúdos, com e sem especificação de fonte e/ou contexto. Daí a necessidade premente de buscar-se segurança jurídica de modo a prevenir a quantidade de problemas graves e variados que surgem a cada dia: de conteúdos impróprios/nocivos a crianças e adolescentes a discursos de ódio, fraudes, calúnias, chantagens etc. Especialistas e autoridades vêm se debruçando sobre o assunto, que, sendo extremamente complexo, repercute em todas as latitudes.

No Brasil, a perspectiva das eleições para presidente da República, governadores e parlamentares coloca a população votante diante de opções ainda condicionadas pela polarização político-ideológica que se instalou no país e pela influência do mundo virtual sobre o mundo real. Nesse cenário, é de se prever que o eleitor será bombardeado por todo tipo de desinformação. Aliás, já está sendo, o que, por sua vez, prejudica o necessário debate sobre as questões que de fato interessam ao país. Da parte do eleitor, o que se coloca então como pressuposto para qualquer que seja o seu voto é saber distinguir o que é real do que é falso e, com isso, prevenir escolhas equivocadas. É preciso estar, mais do que nunca, atento a imagens e textos produzidos por IA. Conforme reportagem do **Correio Braziliense** de 1º de fevereiro deste ano sobre regras para uso de IA, *O avanço da desinformação desafia a segurança nas urnas*.

Mídias como Facebook e YouTube, criadas respectivamente em 2004 e 2005, para citar só esses dois exemplos, passaram a dar vez e voz a anônimos em todo o mundo. Com isso, tornou-se exponencial o número de usuários ao redor do planeta, havendo, inclusive, uma certa tendência a se subestimar a mídia profissional em função da superabundância de imagens e textos a serem veiculados por qualquer um e a qualquer momento. O outro lado da moeda é que foi se tornando visível com o tempo o uso indiscriminado desses instrumentos para todas as finalidades — boas e ruins. A par das inegáveis vantagens em termos de conexões entre pessoas, acesso a produtos e serviços, intercâmbio de informações e dados, tornou-se visível também o caráter imediatista e superficial de grande parte dos conteúdos, e isso sem mencionar a deturpação deliberada de fatos e circunstâncias.

Consequentemente, torna-se oportuno lembrar que, a par da discussão sobre regras para uso de IA, faz todo sentido valorizar a mídia profissional, bem como arquivos e bibliotecas. Independentemente de orientação política e linha editorial, jornais e revistas têm, em princípio, compromisso com a veracidade da informação que publicam, e, nesse sentido, identificam elementos como fontes, responsabilidades, datas, locais, entre tantos outros. Já na dupla condição de instituições de memória e sistemas de informação, arquivos e bibliotecas promovem acesso a registros documentais de todos os tipos. A partir da identificação dos elementos citados, também possibilitam pesquisas e aprofundamento em assuntos que, presentes em pautas políticas, funcionam como embasamento para o voto consciente. Em outras palavras, é a credibilidade da informação que está em jogo.



## Falta de respeito



» JOSÉ HORTA MANZANO  
Empresário

Ninguém pode negar: não há mais respeito neste país. Desde que o entrudo largou o antigo nome e passou a chamar-se carnaval, os brasileiros sabem que o ano só começa de verdade depois das brincadeiras de fevereiro. Nada de importante acontece antes do fim dos folguedos pagãos, que são justamente os que congregam crentes e descrentes, brincalhões alcoolizados e cidadãos abstermícos, estrelas internacionais e o povo nacional, todos bradando músicas transcendentes, da jurássica *Mamãe eu quero* a suas atuais descendentes.

Até outro dia, esses dois primeiros meses do ano eram pontuados de férias escolares, folga matrimonial para a mãe que viaja com os pequenos e o pai que continua no batente, recesso para aqueles cujas altas funções permitem essa apelação. Exceptuada alguma surpresa do inesperado, como acidente grave, sinistro importante ou queda de meteoro, os grandes temas nacionais costumavam ser empurrados para março, abril, daí para a frente.

Isso foi no tempo em que ritos eram respeitados neste país. Mas que ninguém se engane, essa compostura nunca foi absoluta. Assim como os fura-greves estão aí para furar greves, os

desmancha-prazeres desmancham o prazer das férias, das folgas e dos recessos alheios. Mas o mal que causam nunca foi muito extenso, nunca chegou a perturbar a Páscoa. Já os acontecimentos deste ano foram excepcionalmente irrespeitosos.

Neste 2026, na boca do carnaval, quando as baterias das escolas de samba já rufavam dando o esquentar e as alegorias recebiam os retoques finais, a Polícia Federal rompeu a tradição de deixar assuntos impactantes para depois das Cinzas. Numa curiosa coincidência — coincidência? —, entregou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um relatório que era nitroglicerina pura. Tratava da análise das gravações do celular pertencente ao proprietário do Banco Master. As conversas, que falavam com naturalidade de milhões de reais para cá e para lá, revelavam relacionamento próximo entre o banqueiro caído em desgraça e doutor Toffoli, ministro do Supremo.

E isso lá é assunto para circular pela imprensa logo à beira do carnaval? Isso lá é preocupação para botar no ombro de nossos foliões numa hora que deveria ser do frevo, do samba, talvez de novas coqueluches importadas de Porto Rico? De qualquer modo, já que a notícia está aí, não dá para guardá-la na geladeira esperando o carnaval passar.

Não ficou clara a real intenção de quem decidiu espalhar a boa-nova em mau momento. Na melhor das hipóteses, a esperança era de que o rumor dos passistas na avenida encobrisse o murmúrio dos espantados com o escândalo. Numa hipótese mais daninha, a intenção dos autores do vazamento era justamente perturbar a festa, marcando, assim, no espírito de todos, a lembrança de um carnaval agitado.

Se era pra marcar espíritos, marcou. Agora que a folia vai longe e que a Quaresma chegou, o assunto continua quente, chiando na chapa, gordura salpicando, gente enfiando celular pelo esgoto, malas recheadas de dinheiro despendendo do alto de edifícios — para muita gente fina, instalou-se um clima de “salve-se quem puder porque o mundo acabou”.

Não é para menos. A falta de respeito para com o preceito de aguardar a passagem do carnaval para só então dar partida ao novo ano trouxe a público a prova dos nove da extensão da malha de interesses (nem sempre republicanos) que perpassam a trupe que manda neste país.

Escândalos já houve antes, uns grandes, outros menos. Mas nenhum deles se compara, em magnitude, ao atual. No emaranhado de ganância e oportunismo que enrola os envolvidos no “caso Master”, encontra-se a fina flor do que há no topo de nossa República. Sem mesmo aprofundar investigações, já se vislumbram ministros, altos funcionários, parlamentares, industriais, empresários, banqueiros. Entre os personagens, estão até excelências do Supremo. Um assombro.

Na época dos militares, havia lombadas na rua em frente a quartéis do Exército. Uma placa avisava: “Diminua a velocidade. Zona de Segurança”. Um amigo europeu, recém-chegado ao Brasil, me perguntou o que era aquilo, e eu expliquei. Ele me devolveu: “Pois devia estar escrito: ‘Zona de Insegurança’”.

Nosso país entrou numa perigosa zona de insegurança, dado que a máscara daqueles em quem confiávamos caiu — eram hereges! Só nos resta invocar os santos de verdade, aqueles lá do alto. Que nos amparem!

### Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Regular o que é de direito

Nenhuma sociedade complexa pode prescindir de regras mínimas para o funcionamento de espaços que concentram informação, comércio, relações sociais e disputa política. O debate sobre a chamada regulação das redes tornou-se um dos temas mais sensíveis do ambiente político contemporâneo no Brasil. Em tese, trata-se de uma discussão legítima. A questão central, contudo, não é a existência ou não de regulação, mas a finalidade concreta dessa regulação e os interesses que a impulsionam.

A história ensina que mecanismos de controle informacional, mesmo quando apresentados como instrumentos de proteção social, podem se converter em ferramentas de restrição da liberdade pública. É nesse ponto que o debate exige prudência, rigor institucional e, sobretudo, transparência. A urgência real deveria ser a proteção contra o crime digital.

Existe um campo em que a necessidade de ação estatal é inequívoca: o combate aos crimes on-line. Milhões de brasileiros são diariamente expostos a fraudes digitais, golpes financeiros, falsos serviços e esquemas comerciais fraudulentos que exploram a vulnerabilidade informacional do cidadão comum com práticas como venda de produtos inexistentes em lojas virtuais fraudulentas, clonagem de identidades digitais, esquemas de investimento falsos, engenharia social para obtenção de dados bancários, manipulação de plataformas de pagamento, entre outros crimes.

Essas operações não são episódicas. Constituem uma economia paralela estruturada, altamente lucrativa, que se beneficia da velocidade da internet e da dificuldade de responsabilização internacional. O prejuízo acumulado alcança bilhões de reais por ano e atinge principalmente aposentados, trabalhadores informais e pequenos consumidores. Se a prioridade pública fosse genuinamente a proteção do cidadão, o eixo central de qualquer proposta regulatória deveria ser, além do fortalecimento de mecanismos de rastreamento de fraudes digitais, a responsabilização rápida de redes criminosas, a educação digital massiva da população, a transparência obrigatória em publicidade on-line, bem como a cooperação internacional contra crimes cibernéticos.

Entretanto, o foco do debate político frequentemente se desloca da proteção do usuário para o controle do conteúdo político. Essa inversão de prioridades levanta dúvidas legítimas sobre os objetivos reais das propostas de regulação. Regulação é poder, e isso cria o risco da instrumentalização. Toda regulação informacional envolve um problema clássico da teoria política: quem regula o regulador.

Quando o Estado adquire capacidade ampliada de controlar circulação de ideias, interpretações e críticas, abre-se espaço para a instrumentalização política desse poder. A preocupação não reside apenas em eventuais abusos imediatos, mas na criação de um precedente institucional duradouro. Estruturas de controle, uma vez estabelecidas, raramente são revertidas. Mudam apenas os grupos que as administram. Em democracias consolidadas, a liberdade de crítica ao poder não é um detalhe acessório é um mecanismo estrutural de equilíbrio institucional. A possibilidade de questionar governos, autoridades e decisões públicas constitui parte essencial do controle social difuso, sem o qual a representação política perde sua base de legitimidade.

Quando políticas de regulação passam a incidir prioritariamente sobre o discurso político, e não sobre práticas criminosas objetivas, o risco é a transformação do ambiente informacional em um espaço de autocensura preventiva. O medo de sanções substitui o debate aberto. A prudência cívica converte-se em silêncio social. O impacto institucional do controle do discurso é perigoso. A restrição excessiva do espaço público digital produz efeitos que vão além do campo político imediato, enfraquecendo o pluralismo de ideias, reduzindo a capacidade de fiscalização cidadã, concentrando poder interpretativo em instâncias restritas, limitando a circulação de denúncias e investigações independentes, além de deteriorar a confiança entre sociedade e instituições.

Não só de eleições periódicas a democracia depende, mas da existência de um ambiente permanente de contestação legítima. Sem ele, as instituições tendem a se tornar circuitos fechados, com baixa permeabilidade às demandas sociais. Liberdade e responsabilidade não podem se tornar uma falsa oposição.

O futuro democrático de uma nação depende de preservar o princípio de que o poder deve tolerar a crítica, e não administrá-la. Cidadãos brasileiros enfrentam um desafio duplo a observar: proteger o cidadão dos crimes digitais e proteger o espaço público do silêncio. A regulação que o país necessita é aquela que fortalece o cidadão, não a que o torna mais vulnerável ao poder e aos desejos dos poderosos.

### A frase que foi pronunciada

“Se o Congresso não deliberar sobre as redes sociais, ou o governo Lula ou o STF o fará.”

Senador Eduardo Girão

### » História de Brasília

*O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil nos membros dela; e cada um deve, segundo as suas forças físicas ou morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos ou talentos que a natureza, a arte ou a educação lhe prestou. (Publicada em 15/5/1962)*